

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	11/04/2019	28,8 cm ²	Capa	

QUINTA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 11 DE ABRIL DE 2019 - Nº 3.370 - R\$ 2,00

TRIBUNA INDEPENDENTE

MPE e Defensoria Pública recorrem por bloqueio de R\$ 6,7 bi da Braskem

Objetivo é indenizar por danos morais e materiais moradores dos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange

Agravo de instrumento foi interposto conjuntamente no Tribunal de Justiça contra decisão do juiz Pedro Ivens, que autorizou o bloqueio de apenas R\$ 100 milhões das contas da Braskem para reparos por danos

morais e materiais aos moradores dos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange. O Ministério Público e a Defensoria Pública afirmam que esse valor é insuficiente e querem o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões. **PÁGINA 2**

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	11/04/2019	69,6 cm ²	Política	2

2

TRIBUNA INDEPENDENTE | POLÍTICA

MACEIÓ - ALAGOAS
QUINTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2019

MPE e Defensoria recorrem para garantir bloqueio

Agravo de instrumento é interposto junto ao Tribunal de Justiça para recorrer de decisão proferida em primeiro grau

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

O Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública do Estado entraram com um agravo de instrumento, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, ontem, pedindo a reforma da decisão de primeiro grau para concessão de bloqueio de bens e ativos financeiros da Braskem S.A., no valor de R\$ 6.709.440.000.

O bloqueio visa garantir reparos por danos morais e materiais aos moradores de todas as localidades apontadas como áreas de riscos no Decreto de Calamidade Pú-

blica da Prefeitura de Maceió.

Na semana passada, o juiz da 2ª Vara Cível da Capital, Pedro Ivens, reconheceu, parcialmente, o pedido das instituições, determinando o bloqueio de apenas R\$ 100 milhões das contas da mineradora, valor considerado insuficiente por ambos os órgãos, que entendem que o ônus do tempo precisa ser invertido a favor da população vitimizada.

No agravo, promotores de justiça e defensores públicos argumentam que não é justo submeter os cidadãos ao risco de aguardar o fim do processo principal para terem garantias da efetividade do

juízo a ser proferido no processo principal, "algo que somente ocorrerá - levando-se em consideração os dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) - daqui a uns 9 anos".

A título ilustrativo, os órgãos relembram o processo que busca reparação para as mais de 130 famílias, moradoras do bairro Trapiche, vítimas de um vazamento de gás cloro decorrente da explosão no setor 225 da mesma Braskem, em 2011, cuja sentença de primeiro grau foi prolatada em 30 de julho de 2018, sete anos após o vazamento.

"Essas pessoas são refugiadas ambientais; foram



Ministério Público e Defensoria recorrem ao TJ/AL para conseguir o bloqueio bilionário da Braskem

e estão sendo obrigadas a abandonar seu ambiente social e não querem participar de programa social! A sociedade espera do Judiciário a tutela adequada e proteção suficiente de acordo com o que o caso requer, sob pena de sofrermos o mesmo descrédito pelo qual tem passado o Judiciário de

Minas Gerais, que até hoje não indenizou as vítimas da tragédia de Mariana", afirmam.

O agravo de instrumento foi assinada pelo procurador-geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, pelo defensor público-geral do Estado, Ricardo Antunes Melro, pelos promotores de

justiça José Antônio Malta Marques, Max Martins de Oliveira, Adriano Jorge Correia de Barros Lima, Jorge José Tavares Dória, Jomar de Amorim Moraes e Vicente José Cavalcante, e pelos defensores públicos Carlos Eduardo de Paula Monteiro, Fernando Reboças de Oliveira e Fabrício Leão Souto.

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	11/04/2019	64,2 cm ²	Política	4

4

TRIBUNA INDEPENDENTE | POLÍTICA

MACEIÓ - ALAGOAS
QUINTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2019

DICOM TJAL

Juizado de São Miguel tem o menor congestionamento

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

O Juizado Especial Cível e Criminal de São Miguel dos Campos obteve a menor taxa de congestionamento em 2018, entre os juizados de Alagoas, com apenas 32%. A unidade também se destaca no índice de conciliação, tendo promovido acordos em 58% dos casos (605 processos).

Os dados são da aferição Juízo Proativo, do Tribunal de Justiça.

O juiz titular, Helestron Silva da Costa, avalia que o método e o compromisso da equipe explicam a eficiência do Juizado.

“Eu considero que a equi-

pe não faz nada além de sua obrigação, então é basicamente o compromisso e a metodologia de trabalho adotada. É uma metodologia estudada, com sistema gerencial para identificar as deficiências da unidade para saná-los e provê-los”, argumenta o magistrado.

O profissionalismo representa uma prestação jurisdicional mais ágil para a população, afirma o magistrado. “Nós temos aqui um tempo médio de sentença de 45 dias, que é bem mais curto que as demais unidades”.

O Juizado recebeu 787 casos novos em 2018. Baixou (arquivou) 1.004 processos e julgou 1.040. Com isso, alcançou índice de atendimento à demanda (relação entre pro-

cessos entrados e baixados) de 128%, e taxa de produtividade (relação entre processos entrados e julgados) de 132%.

Os dados do Juízo Proativo são apurados pela Divisão de Estatísticas da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP). A solenidade de premiação das unidades que mais se destacaram no ano passado ainda terá a data definida.

5º JUIZADO

O 5º Juizado Especial Cível e Criminal de Maceió deixará o bairro do Mutange e funcionará, temporariamente, no Terminal Rodoviário João Paulo II, no Feitosa, a partir de segunda-feira (15). A mudança visa preservar a segurança dos servidores.



Helestron Costa, juiz titular do Juizado de São Miguel dos Campos

Scanned with
CamScanner